

Carta do Editor

Este número da *Desenvolvimento em Debate* apresenta um conjunto de trabalhos que analisam, desde diferentes perspectivas teóricas e analíticas, políticas públicas setoriais, incluindo políticas de apoio à produção agropecuária e industrial, estratégias de desenvolvimento – tanto em plano local e regional como nacional – e análise dos investimentos públicos.

O trabalho que abre o volume, *Avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no Contexto do Desenvolvimento Regional e Inclusão Social*, de Pedro Gilberto Cavalcante Filho, Antônio Márcio Buainain e Marcelo Pereira da Cunha, avalia, como o título indica, a experiência do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em 2004. Em sua opinião, “diferente dos outros programas de estímulo à produção de biocombustíveis, o PNPB inovou e adotou objetivos ambiciosos de promoção do desenvolvimento regional das regiões periféricas. No entanto, as usinas se estabeleceram nas regiões tradicionalmente produtoras de soja (Sul e Centro-Oeste). Essa ação acabou “por distorcer os objetivos de promoção do desenvolvimento regional no Norte e Nordeste e contribuiu para a concentração da inclusão social dos agricultores familiares do Sul”. o Programa não tem sido capaz de fomentar o cultivo de culturas alternativas mais viáveis para o pequeno produtor, selecionou apenas os agricultores mais capitalizados e com condições de produzir a soja em sua propriedade de forma rentável, o que explica a produção de biodiesel familiar ficar concentrada na região Sul, ser marginal na região Centro-Oeste e inexpressiva nas demais regiões. Assim, esses resultados implicam em maior geração de emprego e renda na agricultura familiar sulista em comparação com o setor agrícola familiar das outras regiões.

A seguir, Letícia Favaretto, Juliana Favaretto, Reisoli Bender Filho, Daniel Arruda Coronel, Rita Ines & Paetzhold Pauli, autores do artigo *Distribuição Espacial do Índice Regional de Crédito Rural para as Microrregiões do Rio Grande do Sul (2000-2015)*, analisam qual a distribuição espacial do crédito rural em relação ao valor adicionado pela produção agropecuária para as microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul, examinando a distribuição do crédito rural como também deslocamentos e concentrações dos recursos. Os autores demonstram que a distribuição do crédito rural não acompanhou proporcionalmente a participação relativa no valor adicionado da agropecuária entre as microrregiões e que existe concentração em algumas regiões que, afirmam, são determinadas pela participação das principais

atividades no valor adicionado bruto da agricultura, relacionado, por sua vez, com as atividades econômicas desenvolvidas localmente. Mostram, também, a importância do papel de financiamento público, tendo em conta que o “estado teve uma participação maior no volume de crédito do que no valor adicionado da agropecuária nacional”.

Tomás de Oliveira Bredariol & Valeria Gonçalves da Vinha, autores do artigo *O Papel da Administração Pública na Governança Ambiental: um Estudo de Caso baseado no Quadro da Análise e Desenvolvimento Institucional*, analisam a regulação ambiental brasileira do setor de petróleo e gás *offshore*. Os autores salientam três elementos que operam no nível organizacional destacados. Em primeiro lugar, que um sistema de governança ambiental deve considerar o interesse das partes afetadas e abordar as várias preocupações existentes, com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental por meio do envolvimento e a cooperação entre as partes interessadas. Em segundo lugar, que a natureza da interação existente entre as partes interessadas é uma variável central no sistema de governança. Por fim, que a governança ambiental, como instrumento de escolha coletiva, deve lidar com assimetrias de poder, preferências políticas e lacunas de conhecimento em um ambiente complexo, toda vez que a autonomia (relativa) do setor público é uma característica fundamental associada à função de estabelecer limites operacionais e garantir o cumprimento das restrições definidas.

A seguir, Petula Ponciano Nascimento & Ana Célia Castro, autoras do artigo *Embrapa e a cooperação científica internacional: do emparelhamento (catching-up) com a revolução verde à liderança tecnológica na agricultura tropical*, estudam a dinâmica do novo modelo de gestão para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação da EMBRAPA, à luz da estratégia da cooperação científica internacional, com o objetivo específico de analisar a contribuição da empresa ao desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura brasileira, Nascimento e Castro. As autores concluem que desenvolvimento de pesquisas com transferência de tecnologia com alguns dos principais centros de pesquisa agrícola do mundo, contribuíram para processos de emparelhamento tecnológico e de introdução de inovações secundárias. Assim, destacam a importância dos acordos internacionais da EMBRAPA e o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), apoiados e impulsionados por decisões públicas para consolidar uma política orientada por missões, focadas em inovação a criação de sinergias entre Estado, agentes do mercado e academia.

Na sequência, Simão Ternoski, Marcio Gazolla, Marcos Junior Marini e Miguel Angelo Perondi, autores do artigo *Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: a relação entre os repasses públicos e o desenvolvimento*

brasileiro, focando especificamente no período 2005-2016, denominado pela literatura como social-desenvolvimentismo e caracterizado pelo aumento dos recursos públicos. O estudo visa indagar qual o impacto dos recursos injetados pelas políticas públicas distributivas e redistributivas sobre o crescimento e a qualidade de vida das pessoas, no Brasil e suas regiões. Para isso, considerando cinco políticas do sistemas de proteção social, aplicam um modelo econométrico, chegando à conclusão de uma relevância das políticas distributivas e redistributivas do período em análise. No entanto, o impacto não é heterogêneo no território nacional. Assim, os autores afirmam ser necessário considerar as espacialidades no sentido de propor políticas mais eficientes para cada região com o intuito de otimizar o recurso público e promover a equidade tanto da renda como do bem-estar social”.

No artigo *Análise da elasticidade de transmissão de preços externos no mercado doméstico da soja maranhense*, Lindalva Silva Correia e Sergiany de Silva Lima analisam a elasticidade de transmissão de preços do mercado internacional de soja para o mercado particular do Estado Maranhão, região de expansão significativa de produção desse grão. A relação entre os preços de soja nacional e internacional é de grande valor na elaboração de estratégias de comercialização dos produtores agropecuários. Os autores concluem que existe transmissão de preços, que assume caráter estável e de longo prazo e que o preço interno do grão é dependente do preço externo no curto prazo e longo prazo. Assim, acham presumível concluir que é o preço externo da soja que determina o seu preço doméstico no Maranhão estando esse preço explicado pela cotação internacional no mercado de Chicago.

Acson Gusmao Franca, autor do artigo *Estado e Capital Internacional no Processo de Industrialização Pesada no Brasil: uma Releitura do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979)* estuda, como o título indica, o II Plano Nacional de Desenvolvimento – lançado durante o período do governo autoritário do General Ernesto Geisel – desde a sua concepção teórica até a sua formulação e posterior crise. Para isso, analisa as metas e diretrizes do plano, como também as fissuras existentes na estrutura do Estado e os limites criados pela importância do capital internacional na adoção e execução de metas, considerando o papel estratégico que o Estado outorgou às empresas multinacionais para atuarem como parceiras das empresas públicas. O artigo conclui que a pesar de que o plano atingiu parcialmente as metas, o mesmo manteve os pilares da economia brasileira controlados pelos interesses do capital internacional, expressando as limitações de uma estratégia de desenvolvimento de uma estrutura econômica desequilibrada e dependente – como a brasileira do período- baseada no investimento externo.

O artigo que fecha o volume, *O Desenvolvimento para além dos Arranjos Produtivos Locais (APLs): uma Exploração do Norte Fluminense*, de Caroline Miranda, analisa a implementação da política de APL em um conjunto de setores de dois municípios do norte fluminense para o período 2002-2016. O estudo conclui que “a relação entre os APLs e o desenvolvimento local é totalmente incerta”, tendo em conta que “as ações desdobradas e colocadas em práticas em cada APL não foram suficientemente numerosas, pertinentes, sólidas e contínuas para gerar efeitos positivos ao longo dos anos e dinamizar com sustentabilidade o conjunto das unidades de produção das aglomerações contempladas com a Política de APLs” nos setores analisados. Nesse sentido, Miranda afirma a importância de que a política de arranjos produtivos seja repensada de forma integrada a outros instrumentos em escala regional e nacional de modo a melhorar a capacidade de governança das políticas de desenvolvimento local.

Flavio Gaitán
Editor-Chefe